

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

DESTAQUES IPADES

Junho 2014

O BRASIL COMPARADO: 1951-2014

Decorrido 63 anos o Brasil demonstra grande dificuldade para se modernizar no campo político. Compare-se o Brasil atual com o de 1951, este último nos escritos de Eugênio Gudim (1886-1986).

“O Estado sofre de dois enormes handicaps. Um é o que decorre da primazia de sua função política e da contingência em que se vê o Executivo (em qualquer democracia) de tolerar a intromissão da política na administração de empresas do Estado. É o chamado political management. O Estado é dirigido pelo partido. E o partido no poder na pode dispensar o apoio de seu eleitorado, nem faltar-lhe repetidamente. O outro handicap do Estado está em que ele não pode dispensar a burocracia controladora da máquina complexa da administração pública, sem a qual correria o risco de toda sorte de fraudes. E a burocracia é, por natureza, uma máquina rotineira, cujos membros, em regra, mal selecionados, confiam no amparo político e na diluição da responsabilidade, mais do que no valor e no esforço pessoal. Esses handicaps carecem de importância num país como o nosso, de eficiência ainda muito baixa na administração pública”
(Gudin, 1951, p. 35).

Eugênio Gudim foi engenheiro por formação, converteu-se em economista já em idade madura, através de esforço autodidático. Delegado brasileiro à Conferência Monetária de Breton Woods (1944). Diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (Bird). Ministro da fazenda no governo Café Filho (1954). Posteriormente, foi um dos mais sérios críticos do processo de industrialização por substituição de importações nos governos Kubitschek e Goulart. Foi responsável pelo primeiro trabalho sério de ensino e legitimação da teoria econômica no Brasil, podendo

ser considerado o patrono dos economistas brasileiros. Deixou uma ampla e importante obra no pensamento econômico brasileiro, na qual se encontra o projeto, de 1944, que foi a base do ensino de economia em todo o país.

REFERÊNCIA

GUDIN, E. Planejamento econômico. **Digesto Econômico**. São Paulo, abr,-mai 1951.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA VIA AGRICULTURA

No Brasil, desde a década de 1950, até os dias atuais, tem prevalecido a tese, transformada em política de governo, de que a distribuição da terra é o fator primeiro para que a agricultura seja promotora do crescimento econômico e da distribuição da renda.

No entanto, a pobreza da vida rural é consequência da baixa produtividade, a qual se deve a insuficiência de quatro fatores: saúde, analfabetismo, ausência de tecnologia agrícola e de crédito. Verifica-se, pois, que a propriedade da terra, embora seja também um fator de produção, por si só não poderá ser o grande responsável pela alta produtividade que levará a agricultura a ter a função econômica acima mencionada.

No Brasil, ainda hoje, a população é escassa em relação à terra, embora não se deva concordar com os latifúndios improdutivos. Se o candidato a agricultor dispuser dos fatores acima listados não terá nenhuma dificuldade em conseguir a propriedade da terra.

Inversamente, proporcionando-se a posse da terra ao homem do campo que não tem saúde, que não sabe ler, que não sabe plantar, cultivar, fertilizar, combater pragas e doenças, não tiver noções de mercado e de cadeias produtivas, terminará por perder a terra e o financiamento rural que tenha conseguido.

Como exemplos vários por esse Brasil têm-se os programas de colonização e de reforma agrária, atualmente com direito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que

não conseguem resolver o problema da reforma agrária. Consequentemente o país não consegue promover o crescimento econômico com distribuição de renda a partir desses programas. Pelo contrário, a sociedade paga caro por essa ineficiência.

Por outro lado, como exemplo oposto, e de sucesso tem-se o atual desenvolvimento do estado de Mato Grosso, que desde o final da década de 1970 vem promovendo sua agricultura pautada nos fatores acima citados, e hoje se coloca como um dos mais importantes estados brasileiros do agronegócio, no qual três aspectos se destacam: crescimento econômico, distribuição de renda e qualidade de vida.

PROFISSIONAIS DO AGRO NO BRASIL

O agronegócio de hoje é muito diferente da atividade rural de 50 anos atrás. Naquela época prevalecia o conhecimento empírico – baseado na experiência e observação. Atualmente para que essa atividade econômica funcione bem, há necessidade, entre outros requisitos, que existam profissionais com formação técnico-científicos, e bem formados para executarem diversas funções necessárias ao seu bom funcionamento.

No atual contexto, diversos profissionais são necessários para seu bom desempenho. Para as atividades mais complexas, envolvendo estudos, projetos e gerenciamento há necessidade de engenheiros, principalmente o agrônomo, assim como o florestal, agrícola e de pesca, médicos veterinários, zootecnistas, agrimensores, químicos e outros profissionais de nível superior pleno, das ciências agrárias e de outras áreas: engenharias ambientais, de alimentos, civis, mecânicos, biólogos, cientistas de alimentos, nutricionistas, economistas, administradores, advogados, jornalistas, médicos etc.

Quantos profissionais são necessários, atualmente e no futuro, para executar funções essenciais no agro, brasileiro envolvendo o antes da porteira (insumos, planejamento, seguro), o dentro da porteira (produção vegetal e animal) e o depois da porteira (armazenamento, processamento, comercialização e distribuição)? Essa indagação é fundamental para que o país defina o número de jovens que deve formar em cada uma das profissões. Esta informação pode ser útil na autorização de abertura de

novos cursos de profissões tradicionais e o estímulo a criação de cursos que formem profissionais com conhecimentos específicos.

Tomando com base um dos profissionais mais típicos e tradicionais demandados pelo agro brasileiro, o engenheiro agrônomo, em 2012 havia 262 cursos no Brasil, ofertando cerca de 20.000 vagas por ano. Contando com os profissionais já existentes, que estão trabalhando no agro, haverá mercado para absorver todos estes egressos? Quantos engenheiros agrônomos o país necessita? Qual a qualidade dos cursos? Na engenharia agrônômica se discute muito a atual existência de cursos noturnos. Em breve, estaremos discutindo os cursos à distância.

Os engenheiros agrônomos demandados pelo agro brasileiro devem ter sólida formação básica (exatas, biológicas e humanas) e formação profissionalizante ampla, generalista, com conhecimentos para trabalhar com recursos naturais/manejo ambiental, biotecnologia, engenharia rural (máquinas e implementos, topografia/georreferenciamento, irrigação/ drenagem, construções rurais), produção vegetal e animal, processamento de produtos agropecuários e economia, administração e sociologia rural.

Esta formação técnica holística, além de qualidades pessoais como ética, responsabilidade e liderança, comunicação/idiomas, tecnologia da informação e gestão são essenciais. Será que todos os cursos estão formando profissionais adequados a nossa realidade?

Esta reflexão deve estar presente para todos os outros profissionais do agro, incluindo os de nível técnico e tecnólogo. Através de estudos científicos será possível estimar o número de cada um destes profissionais, além da qualidade, para que o agro brasileiro possa atender as expectativas da sociedade brasileira e do mundo, já que diversas instituições internacionais têm declarado que o Brasil é o país que mais vai contribuir com a produção de alimentos nos próximos 50 anos. Além de se destacar a importância do país na produção de agroenergia, limpa e renovável, e fibras.

PLANTAS BRASILEIRAS PODEM AJUDAR A ENFRENTAR IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A seriguela e o umbuzeiro, árvores comuns do Semiárido nordestino, e a sucupira-preta, do Cerrado, fazem parte de um grupo de plantas brasileiras que poderão desempenhar um papel importante para a agricultura no enfrentamento das consequências das mudanças climáticas. Elas estão entre as espécies do país com grande capacidade adaptativa, tolerantes à escassez hídrica e a temperaturas elevadas.

De acordo com Eduardo Assad, pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Tecnológica em Informática para a Agricultura (CNPTIA) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o estudo do genoma dessas espécies pode ajudar a tornar culturas como soja, milho, arroz e feijão tão resistentes quanto elas aos extremos climáticos. Assad foi um dos palestrantes no quarto encontro do Ciclo de Conferências 2014 do programa BIOTA-FAPESP Educação, realizado no dia 22 de maio, em São Paulo.

O Cerrado já foi muito mais quente e seco e árvores como pau-terra, pequi e faveiro, além da sucupira-preta, sobreviveram. O estudo do genoma dessas árvores, identificando e isolando os genes que as tronam tão adaptáveis, pode significar boa contribuição para o melhoramento genético de culturas como soja e milho, tornando-as igualmente resistentes.

Segundo o pesquisador, o Brasil é líder em espécies resistentes, detém o maior armazém do mundo de genes tolerantes ao aquecimento global, que se encontra nos biomas Cerrado e Semiárido Nordeste

Os modelos de pesquisa realizados pela Embrapa, muitos deles feitos em colaboração com instituições de outros 40 países, apontam que a redução de produtividade de culturas como milho, soja e arroz decorrente das mudanças climáticas deve se acentuar nas próximas décadas. Isso vale para as variedades genéticas atuais. Uma das soluções é buscar genes alternativos para trabalhar com melhoramento.

Para o melhoramento de espécies, de forma a que se tornem tolerantes ao estresse abiótico, a Embrapa planeja lançar, em 2015, uma soja resistente à deficiência hídrica,

produzida a partir de um gene existente em uma planta do Japão. O Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar) lançou quatro cultivares de feijão com tolerância a temperaturas elevadas, além de pesquisas feitas no município de Varginha (MG) em busca de variáveis mais tolerantes para o café.

Cálculos da Embrapa feitos com base na produtividade média da soja mostram que somente esse grão acumulou mais de US\$ 8,4 bilhões em perdas relacionadas às mudanças climáticas no Brasil entre 2003 e 2013. Já a produção de milho perdeu mais de US\$ 5,2 bilhões no mesmo período.

Em relação à pecuária, estudos feitos na Embrapa Agrobiologia mostram que um quilo de carne produzido em pasto degradado emite mais de 32 quilos de CO₂ equivalente por ano. Já em pasto recuperado a partir do que a agricultura de baixa emissão de carbono preconiza a emissão por quilo de carne pode ser reduzida a três quilos de CO₂ equivalente anuais.

Isso mostra que ambientalistas, ruralistas, governo e setor privado precisam sentar e decidir o que fazer daqui em diante, qual sistema de produção adotar? Com ou sem pasto? Com ou sem árvores? Rotacionado ou não? São mudanças difíceis, de longo prazo, mas muitos agricultores já estão preocupados com essas questões, com os prejuízos que o aquecimento global pode trazer, e começam a buscar soluções. É um novo padrão de agropecuária que está surgindo.